

MACINTYRE E RICOEUR: VIVEMOS NARRATIVAS?

MACINTYRE AND RICOEUR: DO WE LIVE NARRATIVES?

<https://doi.org/10.26512/rfmc.v11i2.43719>

Jivago Furlan Machado*

Universidade Federal de Santa Maria

<http://lattes.cnpq.br/7753981378810740>

<https://orcid.org/0009-0009-5370-446X>

jivafurlan@gmail.com

* Graduado em História (2015), Mestre em Filosofia (2018) e Doutor em Filosofia (2021) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professor do Instituto Federal do Amazonas (IFAM), Campus Iranduba

Jivago Furlan Machado

Resumo

O presente texto propõe uma relação entre a posição de Alasdair MacIntyre (1929-) referente ao que seria uma vida virtuosa e a noção de identidade narrativa proposta por Paul Ricoeur (1913-2005). Por mais que haja algumas concordâncias entre os autores, Ricoeur diverge de MacIntyre ao não assumir a vida enquanto narrativa, tratando-as como elementos diferentes, ainda que mutuamente implicados. Nesse sentido, ele se aproxima da dicotomia sartriana entre viver ou narrar, de acordo com a qual vida e narrativa pertencem a esferas diferentes. Por fim, sinalizamos que a noção ricoeuriana de identidade narrativa representa uma via intermediária entre a vida narrativa, proposta por MacIntyre, e a separação da vida e da narrativa, característica do existencialismo sartriano, ao identificar elementos perenes e mutáveis em constante relação na constituição identitária dos sujeitos.

Palavras-chave: Paul Ricoeur. Alasdair MacIntyre. Identidade Narrativa. Existencialismo. Jean-Paul Sartre.

Abstract

The present paper consists in a relations between the Alasdair MacIntyre (1929-) comprehension about a virtuous life and the notion of narrative identity from Paul Ricoeur (1913-2005). Ricoeur differs from MacIntyre for not treating life as a narrative, even considering the two elements quite close. In this way, he get closer to the Sartre's dichotomy between living or narrating, life and narrative belonging to different spheres. By the end, we show that the notion of narrative identity from Paul Ricoeur represents an intermediary way between the narrative life, proposed by MacIntyre, and the separation of life and narrative, from the Sartre's existentialism, cause it identifies perennial and mutable elements in constant relation on the people's identity constitution.

Keywords: Paul Ricoeur, Alasdair MacIntyre, Narrative Identity, Existentialism, Jean-Paul Sartre.

Introdução

No presente texto¹ abordaremos a posição de Alasdair MacIntyre (1929) a respeito da possibilidade de vivermos de forma narrativa e sua relação com o conceito ricoeuriano de identidade narrativa (Ricoeur, 2014, p. 145), bem como alguns apontamentos relativos à posição de Sartre quanto às dissintonias entre viver e narrar.

MacIntyre e a vida narrativa

MacIntyre realiza em seu livro *Depois da virtude* (1981) a retomada de algumas propostas de comportamento virtuoso, elaboradas em outras épocas, chegando à conclusão de que a posição moral moderna, fruto do iluminismo, apresentaria uma falha ao propor a possibilidade de uma norma moral universal. O autor ataca a tentativa de universalização moral através de dois principais alvos: a filosofia analítica e o existencialismo sartriano (MacIntyre, 2001, p. 343).

Sua crítica se dirige a um ponto que é comum para ambas: a atomização das ações. Através da descontextualização de determinados comportamentos, tanto o existencialismo quanto a filosofia analítica acabariam por simplificar os atos que, segundo o autor, seriam complexos. Nos ocuparemos aqui com a relação da proposta de MacIntyre com o existencialismo sartriano, não entrando em sua discussão com os analíticos.

Um dos principais aspectos do existencialismo que gera discordância com MacIntyre é a possibilidade de separar as ações de um sujeito dos papéis que ele interpreta em uma sociedade (2001, p. 344). Para ele,

I Com algumas adequações, o presente trabalho corresponde ao terceiro capítulo da dissertação de mestrado defendida pelo autor no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), intitulada “A narrativa como mediação entre história e ficção” (2018).

não seria possível filtrar um sujeito de sua inserção social, tendo em vista que é somente por ela que podemos classificar uma atitude qualquer como virtuosa ou não. Não haveria um universal humano cuja inserção social se desse em uma fase posterior de existência, como uma perversão de uma suposta pureza natural humana. Pelo contrário, MacIntyre salienta a necessária relação das pessoas com o meio em que vivem, sendo impossível uma descontextualização dos atos, tendo em vista que sempre estamos participando de comunidades com valores tradicionais previamente construídos.

Em grande medida, a posição do autor é inspirada na ética das virtudes de Aristóteles. Sua leitura propõe a unidade narrativa de uma vida: “E a unidade de uma virtude na vida de alguém só é inteligível como característica de uma vida unitária, uma vida que se possa conceber e avaliar na íntegra” (MacIntyre, 2001, p. 345). Somente através da leitura de uma vida como narrativa é que se torna possível julgar sua eficiência enquanto virtuosa ou não. Também o teor das virtudes acaba sendo dependente do contexto em que as atitudes são levadas a cabo. Para classificar uma atitude como adequada ou não é necessário que se leve em consideração os valores vigentes na sociedade em que se age. A inspiração aristotélica diz respeito ao cumprimento da liturgia referente ao papel social que se interpreta em determinada sociedade. Por exemplo, o professor virtuoso é aquele que ensina, haja vista que seu papel enquanto docente, no contexto em questão, prevê o cumprimento dessa atividade. Sua virtude consiste em realizar a atividade pela qual ele se encarrega satisfatoriamente. Não há professor virtuoso sem sua inserção em uma realidade educativa específica, tendo em vista que ensinar não é uma atividade que se dá fora do mundo, mas prevê uma relação mundana incontável e imprevisível. Assim, bom professor é aquele que ensina bem no contexto em que sua prática docente seja considerada exitosa, caso aceitemos a ideia de que um professor deve ensinar.

A insistência de MacIntyre na contextualização das ações está diretamente ligada com sua crítica à moral universal moderna. Segundo ele, apresentar normas comportamentais válidas universalmente seria desconsiderar as diferenças contextuais de onde as pessoas vivem, impondo critérios formulados em uma situação histórica específica. No caso

moderno, os modelos impostos seriam os da Europa continental do século XVIII para todas as outras sociedades.

Essa concepção contextualista de moral corresponde à proposta do autor de unidade narrativa de uma vida (MacIntyre, 2001, p. 343). Ao tratar a vida como uma narrativa organizada, ele afirma a necessidade da existência de um *telos* para a estória que nos propomos a efetuar na prática. Ele salienta a divisão moderna da vida em segmentos diferentes pretensamente desconectados entre si como um obstáculo na busca de uma conduta virtuosa, pois isso desconsideraria os critérios inerentes às atividades exercidas, meio pelo qual poderíamos classificar o comportamento de alguém como exitoso ou não em seu respectivo contexto.

MacIntyre compreende a vida como uma unidade por considerar impossível entender um ato fora de seu contexto de ação, dos objetivos de quem o realiza e das condições em que ele se dá. Não é possível isolar o que fazemos da vida que levamos. Dessa forma, a concepção de unidade nos permite classificar os atos como melhores ou piores, dependendo de sua adequação na vida em que são realizados. Essa resistência contra a atomização das ações nos permite tratar a vida como um conjunto de atitudes coerentes com um direcionamento implicado, mesmo na mais sutil das situações.

Tendo em vista que, segundo MacIntyre, vivemos efetuando planos que mantêm a coerência de nossas vidas, não estaríamos presos a roteiros prévios, homogenizadores de nossas possibilidades de conduta?

O autor considera que dentro desse planejamento anterior há possibilidade para contingências e peripécias, como em uma ficção qualquer. Os sujeitos são atores e coautores da narrativa que vivem, na medida em que decidem o que fazer, mas também cumprem papéis e agem de forma a se adequarem com o que corresponde a eles e foi desenvolvido antes deles. Utilizamos aqui coautoria, pois a autoria, em sua totalidade, não depende apenas do sujeito em questão, mas também de elaborações prévias do contexto social e histórico em que ele está inserido. Os papéis já estão definidos, cabendo a cada pessoa cumpri-los a seu modo,

mas ainda assim cumpri-los. Esse poder parcial de decisão coexiste com uma determinação anterior a nós.

A imprevisibilidade e a teleologia, portanto, coexistem em nossa vida; assim como os personagens de uma narrativa fictícia, não sabemos o que acontecerá a seguir, porém nossa vida tem uma forma que se projeta na direção de nosso futuro. Assim, as narrativas que vivemos têm um caráter tanto imprevisível quanto parcialmente teleológico (MacIntyre, 2001, p. 362).

O próprio cumprimento de ações que iriam além do papel vivenciado por cada um em uma determinada sociedade já estaria influenciado pela tradição e sentidos prévios nela presentes. Não seríamos autores, mas atores de nossas vidas, já que não decidimos os papéis existentes, mas somos responsáveis pelo exercício deles em uma história já parcialmente pronta. É ao exercer um papel que posso influenciar no teor da narrativa de que estou participando, me configurando também como coautor. Desse modo, sempre estamos inseridos na tradição sob a forma de papéis preconcebidos a serem exercidos, por mais que mudemos a maneira como são efetuadas as práticas previamente consolidadas.

Essa concepção de virtude não impediria a inovação de costumes e atividades, como a criação de novos papéis? Não. O que se torna inviável a partir dessa posição é a inovação total de papéis, sem influência do que já estava aqui quando a pessoa que pretende inovar resolveu fazê-lo. Por mais novo que um papel possa ser, ele sempre se dará em uma condição previamente estabelecida, presente antes de qualquer inovação, forçando a contextualização do novo perante o tradicional. Há recriação, não criação pura e simples.

Sua consideração da tradição na invenção de novos costumes e atividades é semelhante com a posição ricoeuriana de recriação de sentido pela narrativa, com a qual o autor escapa das amarras da semiótica, que, de acordo com ele, prevê ferramentas linguísticas pretensamente a-históricas para a tradução do vivido pelo narrado. Ricoeur (2010b, p. 51) considera a *inteligência narrativa* como responsável por um nível mais fundamental da compreensão humana, que seria anterior às nor-

mas estruturais das línguas. Ele não nega a utilização das estruturas linguísticas para a comunicação, entretanto também não aceita que essas possam dar conta do ímpeto de expressão presente na composição de qualquer narrativa. Segundo Ricoeur, as estruturas linguísticas, assim como as tradições (ainda que em um nível diferente), são anteriores ao sujeito que age, necessariamente influenciando no teor de suas ações. Entretanto, isso não significa que não haja nenhuma possibilidade de inovação a partir delas, apenas que toda e qualquer inovação de sentido ou comportamento tem origem em elementos previamente configurados, sejam da cultura ou mesmo das estruturas linguísticas.

De acordo com Ricoeur, utilizamos os modelos e, ao mesmo tempo, acabamos transcendendo-os. Para ele, ao narrar recriamos sentido, assim como, para MacIntyre, ao agir recriamos os modelos tradicionais de conduta.

Convergências e divergências entre MacIntyre e Sartre

Ao tratarmos do potencial recriativo da dimensão autoral, ou melhor, coautoral da conduta para MacIntyre, verificamos a ausência de um fator que acarrete a mudança do exercício dos papéis sociais já elaborados. Por que inovamos? O que nos faz reinterpretar o já dado e agir de forma parcialmente diferente?

Essas perguntas aproximam a posição de MacIntyre da concepção de subjetividade proposta por Sartre. Enquanto aquele consente com a possibilidade de inserção de novos aspectos na execução dos papéis em uma sociedade, este afirma a existência do caráter necessariamente subjetivo e interno do ser, que é inalienável e ao mesmo tempo não passível de ser objetivado e conhecido, uma constante singularizadora (Sartre, 2015b, p. 45). Esse desconhecido que nos singulariza em relação aos grupos a que pertencemos e papéis que exercemos na sociedade é o motor que nos leva a recriar. Nesse sentido, a subjetividade, como entendi-

da por Sartre, pode servir como ponto de partida para o movimento de coautoria que resulta em posturas inovadoras e na superação dos modelos de conduta a nós impostos pela tradição, com percebe MacIntyre.

MacIntyre não direciona sua investigação para esse aspecto da existência humana, embora nos permita sugerir-lo quando aceita a possibilidade de mudança de conduta com base em escolhas individuais. Esse critério abordado por Sartre, nos pareceu passível de aproximação apesar das divergências entre os autores com relação às possibilidades de narrativa de uma vida.

Em que consistem essas divergências?

Sartre enfatiza a impossibilidade de vivermos de forma narrativa. Para ele, ou narramos ou vivemos, sendo impossível combinar as duas atividades (Sartre, 2011b, p. 59). Sua posição é de que a vida não possui um roteiro prévio ou um sentido, sendo composta por atos isolados que só são combinados e ganham sentidos quando posteriormente costurados em uma narrativa. Desse modo, o sentido seria atribuído em um momento posterior às ações, que seriam compostas como narrativa. Com isso, o autor não nega a existência de sentidos anteriores e externos aos sujeitos, apenas afirma que eles dependem de outras pessoas que os elaboraram, ou narraram, não sendo existentes por si mesmos. Propondo que vivemos de modo absurdo, Sartre acaba se posicionando contra a tese de MacIntyre, segundo a qual agimos de acordo com narrativas prévias em que estamos inseridos, dotadas de sentido e, portanto, não absurdas. É como se Sartre defendesse a elaboração de uma peça de teatro em que os atores não teriam roteiro e sequer temática específica para abordarem, improvisando e atribuindo sentido ao imprevisto na medida em que agem e MacIntyre, por outro lado, elaborasse uma peça em que os atores previamente possuem um roteiro constituído e, embora façam o que está previsto, podem inovar e improvisar dentro do próprio espetáculo, desde que suas inovações sejam adequadas ao previamente proposto pelo roteirista. Essa analogia talvez não dê conta da dimensão das posições dos autores, mas certamente nos permite salienta as divergências entre elas.

Caso concordemos com a posição de MacIntyre no que diz respeito à vida narrativa, podemos buscar através da composição de historiografia, por exemplo, não mais a criação de ordens inexistentes no mundo, mas a transposição das narrativas vividas para narrativas textuais. O problema sartriano da impossibilidade de verificar uma ordem na vida, sendo necessária sua composição posterior, é inadequado para MacIntyre porque ele não permitiria qualquer critério de julgamento a respeito da efetividade das ações de quem age, tendo em vista que tal critério se dá de acordo com o papel que a pessoa está cumprindo em um contexto específico, prévio à ação. Sua busca pela vida virtuosa está diretamente ligada com a proposta de que vivemos de forma narrativa, pois a virtuosidade de uma vida só é avaliada de acordo com o todo da narrativa que ela segue, a qual sempre depende em parte do arranjo prévio da comunidade em que se está inserido. Assim, MacIntyre liga a possibilidade de narrativa de uma vida com sua caracterização enquanto virtuosa ou não, tendo em vista que é só a partir da visão do todo que podemos classificar a conduta de alguém. Essa visão, por sua vez, só é possível mediante uma narrativa que serve como base para a classificação das ações, um roteiro perante o qual podemos julgar o agir, não buscando normas universais que ignorem os contextos.

Para MacIntyre não é possível considerar virtuosa a ação livre de enraizamentos na tradição e na comunidade em que é executada, como propõe Sartre. A liberdade universal para todas as pessoas que agem não se manifesta de igual modo em todas as situações, pois há influências de diversas tradições e rituais a serem levados a cabo, dependendo do papel que se está a cumprir. Enquanto para Sartre o meio em que efetuamos as ações é uma limitação da liberdade de agir, para MacIntyre ele é o que possibilita que as ações sejam avaliadas como virtuosas ou não. É em sua relação com a comunidade que podemos julgar as ações dos personagens em questão (MacIntyre, 2001, p. 373).

A ênfase de MacIntyre no contexto em que as pessoas estão inseridas nos remete à crítica sartriana a respeito da suposta existência de uma ordem extra-humana a ser compreendida pelas pessoas. Assumir que há sentido no mundo para além do que a ele é atribuído pelos seres humanos seria uma postura não existencialista, contrária ao que Sartre apre-

senta em *O existencialismo é um humanismo* (1987, p. 4). Por outro lado, MacIntyre propõe que existe uma ordem narrativa na vida, na conduta das pessoas, o que nos permite avaliá-la como virtuosa ou não. É claro que, com isso, ele não trata a vida como um movimento de simplesmente cumprir papéis, mas sim que reconhece o caráter irrevogável que tais conceitos prévios têm em nossas ações. É interessante salientar que, embora o autor afirme que o contexto seja determinante para avaliar a competência de uma vida, sua configuração ainda depende de fatores culturais, de escolhas humanas. Essa é uma posição comum para MacIntyre e Sartre: não há ordem no universo que independa das pessoas. Portanto, a história não teria um roteiro previamente definido, uma sequência cósmica pré-humana. A divergência entre os autores consiste em que, para MacIntyre, a cultura anterior a nós e da qual inevitavelmente participamos é o que atribui uma ordem ao mundo humano e nos permite avaliar nossas ações de acordo com a inserção que temos nela. Diferentemente, Sartre não aceita a tradição como critério suficiente para a avaliação das ações, insistindo na relevância da liberdade individual ancorada na subjetividade, como atribuidora de sentido ao que experimentamos. Ambos partem da condição de finitude humana para a atribuição de sentido e emissão de juízos a respeito da conduta das pessoas, a diferença é que MacIntyre busca respostas na tradição e Sartre propõe que as inventemos.

Outro ponto comum entre as propostas de Sartre e MacIntyre é a consideração do ser humano como um contador de histórias. MacIntyre trata as pessoas como sujeitas a influência de diversas histórias que fornecem o escopo de informações com as quais elas significam a realidade e aprendem a discernir qual conduta é mais adequada em determinada sociedade.

É ouvindo histórias sobre madrastas malvadas, crianças perdidas, reis bons, porém imprudentes, lobos que amamentam gêmeos, filhos caçulas que não recebem herança, mas precisam vencer na vida e filhos mais velhos que desperdiçam sua herança numa vida desregrada e vão para o exílio viver com porcos, que as crianças aprendem equivocadamente o que é filho e o que é pai, qual pode ser o elenco da peça dentro da qual

nasceram e como é o mundo lá fora. Privar as crianças dessas histórias é deixá-las sem script, ansiosas, hesitantes tanto nos atos quanto nas palavras (MacIntyre, 2001, p. 363).

A posição acima elucidada trata as histórias existentes antes de nós como influentes na formação de nossa identidade. Mais do que isso, ela trata a vida como uma unidade narrativa que inevitavelmente se relaciona com modelos prévios com os quais narramos nossas vidas ou vivemos nossas narrativas. Os modelos existentes são tradições oriundas da comunidade em que nascemos e que pautam nossas escolhas. Assim, a vida ganha contornos ficcionais em sua conduta, de modo que para narrarmos a história de alguém podemos contar com configurações oriundas de outras narrativas, ficções orientadoras da conduta.

Embora Sartre não partilhe da mesma posição que MacIntyre quanto à possibilidade de narrarmos a vida, ele reconhece a importância das histórias prévias para a formação de nossas possibilidades de significação do mundo. Em sua proposta de incompatibilidade entre vida e narrativa, ele afirma que qualquer classificação da vida só é possível por sua posterior ficcionalização, ela não podendo ser narrada de modo verdadeiro, qualquer tentativa acabando por falsear o vivido no narrado. Um exemplo da concepção sartriana a respeito das possibilidades de narrarmos o vivido é bem ilustrado no seguinte trecho de *A náusea*:

Eis o que pensei: para que o mais banal dos acontecimentos se torne uma aventura, é preciso e basta que nos ponhamos a *narrá-lo*. É isso que ilude as pessoas: um homem é sempre um narrador de histórias, vive rodeado por suas histórias e pelas histórias dos outros, vê tudo que lhe acontece através delas; e procura viver sua vida como se a narrasse (Sartre, 2011b, p. 59).

Pelas palavras de Roquentin, personagem principal do romance, podemos afirmar que Sartre apresenta uma posição ambígua quanto a relação entre viver e narrar. Por um lado, afirma que basta que narremos algum acontecimento para que ele se torne uma aventura, ou seja, que aventuras não existem quando são vividas, apenas quando são narradas.

Essa dicotomia entre o narrado e o vivido é diferente do que é proposto por MacIntyre, para quem a vida é executada como narrativa. Sartre afirma que não vivemos aventuras, mas narramos aventuras, o que vivemos não sendo algo com sentido definido. Dessa forma, se aventuras só existem enquanto narrativas posteriormente elaboradas a partir de experiências que em si mesmas não possuem qualidades, a vida não possui um sentido a ser transposto para a narrativa. A vida não é uma aventura enquanto não a narremos como tal. Essa separação entre o vivido e o sentido do viver se opõe ao proposto por MacIntyre, para quem a vida já possui um sentido a ser seguido, um roteiro. Por outro lado, como salientamos acima, há entre os dois autores uma convergência, já que ambos afirmam a relevância das histórias que estão presentes na vida de cada um. Ao considerar as pessoas como rodeadas de histórias, Sartre acaba nos permitindo afirmar a importância da tradição, na forma de histórias com que temos contato e que são fruto da cultura a qual pertencemos, no nosso processo de significação das experiências, ou ficcionalização da vida. Isso concorda com a insistência da ética contextualista de MacIntyre, que também salienta a importância da tradição, embora com propostas diferentes.

Sartre considera todos como narradores de ficção e MacIntyre como intérpretes de papéis tradicionais. Ao afirmar que as pessoas vivem suas vidas rodeadas de histórias suas e dos outros, Sartre concorda com MacIntyre quanto à presença das narrativas tradicionais e sua importância no sentido que atribuímos à vida, porém não confunde sentido com existência. Para Sartre, esses dois âmbitos jamais se confundem, não há sentido que alcance o absurdo da existência, por mais influentes que sejam os sentidos tradicionais fornecidos pela nossa cultura.

Ao fim de *A náusea*, Roquentin, que era historiador, se torna ficcionalista, pois não se vê apto a narrar a vida, apenas a falseá-la como narrativa. Talvez se o livro fosse escrito por MacIntyre ele acabaria com Roquentin tendo êxito em sua empreitada de compor a história de Rollebon (personagem histórico a respeito do qual Roquentin está pesquisando), encontrando nos documentos vestígios que o permitiriam desvendar a narrativa de vida do personagem.

Essas divergências acabam se sobrepondo às convergências entre os dois autores. No entanto, é a partir de seus pontos em comum que a proposta de Ricoeur se mostra como uma alternativa entre o viver narrativo e o viver absurdo de cada um dos autores recém-abordados.

Ricoeur e a identidade narrativa

Ricoeur não busca responder diretamente à dicotomia acima apresentada. Sua proposta no quinto e sexto estudos de *O si-mesmo como outro* (Ricoeur, 2014, pp. 111-182), bem como na parte final do terceiro tomo de *Tempo e narrativa* (Ricoeur, 2010c, p. 415) é avaliar a constituição da identidade com base em elementos relacionados com a composição narrativa, seja ela ficcional ou histórica.

Ao tratar da relevância da narração para a constituição da identidade Ricoeur (2014, p. 114) nos permite elaborar a seguinte pergunta: qual seria a relação entre o agir e o narrar?

Para tratar da identidade, Ricoeur recorre à relação do sujeito com o tempo, mais precisamente, com as alterações e permanências que ocorrem com ele na experiência da temporalidade (2014, p. 115). Tendo em vista que há mudanças com o passar do tempo, ele seria um desafiador da manutenção do si, uma variável constante de dessemelhança. Essa ameaça à identidade é neutralizada através de um comprometimento assumido pelos agentes: a palavra cumprida (Ricoeur, 2014, p. 118). Prometendo, nos comprometemos em desafiar as oscilações inevitavelmente ocasionadas em nosso si pela experiência temporal. Quando dou minha palavra que viajarei daqui a dois meses para conhecer um lugar exótico do país, o que no momento atual me interessa, estou ciente da possibilidade de que, passado esse tempo, eu possa perder o interesse. A palavra, se cumprida, faz com que eu mantenha uma qualidade minha que o passar do tempo tencionou em mudar. A promessa serve então como uma mantenedora de características que me definem

enquanto desejante da viagem, mesmo após diversas mudanças e uma possível perda de interesse. Essa identidade que se mantém, depende de um comprometimento consolidado a partir da narrativa de minha ação como prescrição. É como se a narrativa a respeito de nós mesmos influenciasse nossa identidade pessoal. O que há de substancial em nossa identidade é afetado tanto pela experiência da mudança quanto pela narrativa que nos compromete a sermos os mesmos apesar dela.

Nesse sentido, Ricoeur utiliza dois conceitos como base para sua proposta: a identidade enquanto *mesmidade* e a identidade enquanto *ipseidade* (2014, p. XIV).

Ricoeur trabalha com o conceito de si e não de eu, tendo em vista que o primeiro possui um caráter reflexivo e por isso de contato com as ações e o tempo, passível de ser autoexaminado (2014, p. XIII). O título de seu livro é sugestivo, pois *Si-mesmo como outro* nada mais é do que um si que é ao mesmo tempo idêntico e mutável. Sua definição de *si-mesmo* é composta por um aspecto de manutenção do si enquanto perenidade dos aspectos que definem a identidade e também por uma abertura para o mundo, que se confunde com os outros em um exercício de alteridade que acaba afetando a constituição da identidade. A *mesmidade* do *si-mesmo* se caracteriza pela identidade que é sedimentada e singular apesar do mundo em que se manifesta. Por outro lado, a *ipseidade* abre o si para a alteridade, em um grau de ligação íntimo e fundamental. Em outras palavras, o si é *mesmidade* e *ipseidade*, pois a identidade é composta tanto pela perenidade quanto pela abertura à mudança, elas se influenciando mutuamente.

O caráter da pessoa é composto pelo auge da ligação entre *ipse* e o *idem*, pelos traços que definem alguém como *si-mesmo* no mundo e apesar das contingências mundanas. Essa definição se dá em forma narrativa: “O caráter, diria eu hoje, designa o conjunto das disposições duráveis *pelas quais* se reconhece uma pessoa” (Ricoeur, 2014, p. 121). No entanto, esse núcleo aparentemente imutável da identidade não está desligado do mundo, ele necessariamente se relaciona com o outro. A aquisição de hábito, que possibilita a definição do caráter, tem sua gênese na mudança, na *ipseidade*, no iniciar uma prática que posteriormente pode se

consolidar. Por mais que ocorra uma sedimentação de características, algumas delas foram adquiridas em um certo momento graças a abertura do si para o mundo, por assimilação do outro. Em outras palavras, podemos afirmar que os dois aspectos da identidade são interligados de modo que ela passa a ser compreendida ao mesmo tempo como permanência no tempo e como assimiladora das mudanças que formam as condições que permanecem.

Ricoeur afirma que o *quê?* da ação seria o que define o caráter do *quem?* (2014, p. 123), ou seja, as ações que passam a se tornar recorrentes, os hábitos, são critérios para a definição da identidade, isso tudo por meio de uma narrativa que relacione ação e agente. Desse modo, podemos afirmar que o *idem* e o *ipse* se misturam, embora não se confundam completamente.

Qual a relação entre o duplo caráter da identidade e a narrativa?

A proposta ricoeuriana de uma dialética entre a sedimentação e a inovação, ou *idem* e *ipse*, utiliza ferramentas de composição narrativa para a definição e manutenção da identidade pessoal. É somente através da prescrição ou descrição das ações que é possível definir uma identidade, tal como ocorre nas ações dos personagens de um romance. Concordando com MacIntyre, Ricoeur considera que o *quem* - a identidade do agente - só pode ser compreendido quando inserido em um contexto narrativo, uma história ou estória em que suas ações façam sentido.

Ninguém age do nada e no nada, mas a partir de uma posição existencial cercada de influências históricas, culturais e em um mundo finito, do qual possuímos diversas compreensões e prefigurações simbólicas não passíveis de serem ignoradas na ação. Tendo em vista que essa prefiguração do mundo no qual agimos só é compreendida na medida em que é narrada, ou configurada, e que nossas próprias ações nesse mundo narrado necessitam, por sua vez, estarem inseridas nessa narrativa para terem sentido, podemos afirmar que Ricoeur contextualiza as ações. Há então uma “[...] correlação *entre* ação e personagem da narrativa” (Ricoeur, 2014, p. 154). Isso nos remete à tese ricoeuriana da *inteligência narrativa* (Ricoeur, 2010b, p. 82), como um âmbito anterior a qualquer classificação estruturalista ou descrição atemporal da com-

preensão e, portanto, da identidade. Para compreender, necessariamente organizamos as experiências em narrativa. Isso vale também para as ações no mundo, pois só compreendemos narrando e nos considerando, portanto, personagens cujas ações e relações só têm sentido na medida em que ordenadas em narrativa.

Podemos perceber que a relação entre ação e personagem é necessária para a inteligibilidade de uma vida, ou melhor, da narrativa de uma vida e do agir de um personagem em um encadeamento temporal de fatos e ações. Tecemos intrigas a respeito daquilo que buscamos compreender, incluindo nós mesmos: “Responder à pergunta “quem?”, como disse claramente Hannah Arendt, é contar a história de uma vida. A história contada diz o quem da ação. *Portanto, a identidade do quem não é mais que uma identidade narrativa*” (Ricoeur, 2010c, p. 418).

A dialética da formação da identidade narrativa não ocorre sem recorrer a estratégias de tecitura de intrigas como o que se dá com qualquer composição narrativa. A relação entre o *idem* e *ipse* ocorre por meio de uma relação conflituosa e construtiva, na medida em que ambos são aspectos de um mesmo personagem a ser narrado. Não é possível separar esses dois âmbitos do si, pois são interdependentes e inerentes à pessoa.

O caminho para a dialética entre *mesmidade* e *ipseidade* é o mesmo da elaboração de qualquer narrativa. A respeito desse processo, Ricoeur afirma que “[...] é o exato corolário da dialética entre concordância e discordância desenvolvida pelo enredo da ação” (2014, p. 154). Com isso, podemos afirmar que ocorre uma tecitura de intriga, uma dialética entre sedimentação e inovação que se dá através de um processo análogo ao que ocorre em qualquer composição poética: a mútua dependência entre concordância e discordância. O *mesmo* concordante é confrontado com o *si-mesmo* discordante, que vem carregado de contingências experimentadas no tempo, ocorrendo uma dialética que viabiliza, por sua vez, a composição narrativa da identidade de um personagem. A identidade narrativa serve como mediadora na relação entre a sedimentação e a inovação, portanto, somente narrando nos é possível compreender o *quem* de qualquer ação.

Retomando a discussão inicial, a respeito da autoria ou coautoria de nossa identidade, de acordo com Ricoeur podemos afirmar que somos leitores e compositores de nossas vidas, já que “[...] a história de uma vida não cessa de ser refigurada por todas as histórias verídicas ou fictícias que um sujeito conta sobre si mesmo. Essa refiguração faz da própria vida um tecido de histórias narradas” (2010c, p. 419).

Ao considerar a pessoa como leitora e compositora de sua própria vida, Ricoeur se aproxima da proposta de MacIntyre (2001, p. 362), segundo a qual somos atores e coautores de nossas histórias. Entretanto, embora próximas, as duas posições não se confundem, tendo em vista que MacIntyre vai mais longe que Ricoeur ao propor uma vivência narrativa, ao passo que este diferencia vida e narrativa, embora não as separe totalmente. Ricoeur concorda com MacIntyre quanto à dependência que a inteligibilidade de uma vida tem de sua composição como intriga, porém ele não confunde vida e narrativa. A posição ricoeuriana é de que embora haja uma ficcionalização da vida quando a narramos, isso não invalida sua credibilidade enquanto analogia possível do mundo da vida no mundo do texto. A composição da narrativa de uma vida é ficcional na medida em que é elaborada a partir de ferramentas de composição tais como em qualquer ficção literária, mas com o diferencial de estar enraizada no tempo do mundo, o que limita as variações imaginativas do autor pois ele necessita que sua elaboração corresponda a variáveis que vão além de seu simples fazer literário.

A tecitura da intriga não é apenas uma forma específica de compreensão da vida, mas a condição necessária de autoentendimento perante o mundo. Como vimos acima, Ricoeur considera a própria identidade pessoal como dependente de uma compreensão em termos narrativos para que possa ser definida e examinada. Nesse sentido, a tese da identidade narrativa não está desvinculada do entrecruzamento da história e da ficção (Ricoeur, 2010c, p. 310): esta resulta naquela.

A compreensão da vida como narrativa é comum tanto para MacIntyre quanto para Ricoeur. No entanto, há uma diferença entre eles, no que diz respeito ao agir no mundo. Enquanto o primeiro propõe que nossa vida é vivida de forma narrativa, Ricoeur não vai tão longe, nesse aspecto se aproximando do pensamento de Sartre, para quem vida e

narrativa não se confundem. Sartre propõe que ao narrar a vida, acabamos por falsificá-la, pois ela é absurda e qualquer ordem imposta ao caos da existência não seria uma correspondência legítima do ponto de vista histórico, apenas ficcional. Ricoeur concorda com Sartre quanto à não confusão entre vida e narrativa, porém atribui à narrativa o papel de formadora da própria identidade do agente que vive e narra. Desse modo, não há uma clara separação entre a pessoa e o personagem, tendo em vista que a compreensão daquela só se dá por meio de sua consideração enquanto participante de alguma intriga. Isso não significa que Ricoeur resume a pessoa ao seu papel em uma história, mas sim que sua compreensão está necessariamente mediada pela narração.

Podemos afirmar que para Sartre, a partir da leitura de *A náusea*, vida e narrativa são inconciliáveis (2011b, p. 59), uma proposta que desafia a possibilidade de elaboração de uma história que corresponda, ainda que parcialmente, à vida. Por outro lado, MacIntyre defende uma posição segundo a qual vivemos de forma narrativa, com sentidos e planos prévios que orientam nossas ações (2001, p. 343). Perante a dicotomia entre viver e narrar e viver ou narrar, Ricoeur apresenta uma posição mista, como uma terceira via entre as duas anteriores, pela qual a vida não é uma narrativa, mas é compreendida como tal, possuindo influências de narrativas tradicionais em nossas formas de compreensão e conduta. A composição da identidade pessoal ocorre através de um processo análogo ao de qualquer tecitura de intriga, pela dialética entre *mesmidade* e *ipseidade*, pela compreensão da pessoa como sendo personagem cujas ações são compreendidas em uma intriga (Ricoeur, 2010c, p. 418; 2014, p. 154).

Considerações finais

A partir da posição de Ricoeur, percebemos que para compreender a identidade pessoal é necessário recorrer à sua composição enquanto narrativa, com base na sedimentação e inovação, na relação da pessoa

com suas próprias ações no mundo. A identidade narrativa, fruto desse processo de tecitura de intriga, é compreendida como a história de alguém, cuja vida passa a ser examinada como a participação de um personagem em uma narrativa.

Ainda que Ricoeur concorde com MacIntyre quanto a sua afirmação de que “O ato é um momento numa história possível ou real, ou em várias histórias” (MacIntyre, 2001, p. 359), sua concordância não vai tão longe, não dizendo respeito ao agir no mundo de fora do texto, mas consistindo na compreensão do ato pela via da ficcionalização narrativa. A vida não é narrativa, mas sim compreendida como tal. Nesse ponto, Ricoeur afasta-se de MacIntyre e se aproxima da proposta sartriana da não assimilação da vida pela narrativa em sua totalidade. O ato é compreendido como um momento em uma história, mesmo que essa história não possa ser considerada como o mesmo que a vida a qual se propõe a tratar, mas sua analogia mimética.

A identidade narrativa é a ligação entre a proposta sartriana de falsificação da vida pela narração e a vivência do narrado, proposta por MacIntyre. Ao propor uma identidade enquanto narrativa, Ricoeur assume aspectos das duas posições, a saber, que vida e narrativa são diferentes porém necessariamente implicadas uma na outra (2010c, p. 325) em um nível fundamental que é o da constituição da identidade.

REFERÊNCIAS

- AMALRIC, J.-L. Símbolo, metáfora e narrativa: o estatuto do ficcional em Ricoeur. In: NASCIMENTO, C. R. do.; WU, R. (orgs.). *Pensar Ricoeur: vida e narração*. Porto Alegre: Clarinete, 2016, pp. 131-168.
- ARENDT, H. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.
- BARASH, J. A. Paul Ricoeur e a questão concernente à realidade do passado histórico. In: NASCIMENTO, Cláudio Reichert do.; WU, Roberto (orgs.). *Pensar Ricoeur: vida e narração*. Porto Alegre: Clarinete, 2016, pp. 191-222.
- BARROS, J. A. Tempo e narrativa em Paul Ricoeur: considerações sobre o círculo hermenêutico. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, v. 9, n. 1, 2012. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/370>. Acesso em: 15 fev. 2022.
- DRUCKER, C. A narrativa como gênero literário – Ricoeur e a Poética. In: NASCIMENTO, C. R. do.; WU, R. (orgs.). *Pensar Ricoeur: vida e narração*. Porto Alegre: Clarinete, 2016, pp. 65-86.
- GALLIE, W. B. Narrativa e compreensão histórica. In: MALERBA, J. (org.). *História & narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica*. Petrópolis: Vozes, 2016, pp. 137-152.
- KAIL, M.; KIRCHMAYR, R. Consciência e subjetividade. In: SARTRE, J.-P. *O que é a subjetividade?* Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015, pp. 9-24.
- LACOUR, Philippe ; CHAIA, Jade Oliveira. Arquitetura e Narratividade, de Paul Ricoeur. In: Patrícia Lavelle; Gonçalo Marcelo; César Correa Arias; Tomás Domingo Moratalla. (Org.). *Ricoeuriana 2: Ricoeur and the Question of Image*. 1ed.Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2022, pp. 125-145. DOI: https://doi.org/10.14195/978-989-26-2346-7_5.
- MANDELBAUM, M. Uma nota sobre história e narrativa. In: MALERBA, J. (org.). *História & narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica*. Petrópolis: Vozes, 2016, pp. 153-160.
- MACINTYRE, A. *Depois da virtude*. Tradução de Jussara Simões. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

- MINK, L. O. History and fictions as modes of comprehension. *New Literary History*, v. 1, n. 3, 1970, p. 541-558. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/468271>. Acesso em: 15 fev. 2022.
- PIRES, C. Sartre, um projeto ético de compromisso político. In: ECKER, D.; SALVETTI, É. F. (orgs.). *Existência e liberdade: diálogos filosóficos e pedagógicos em Jean-Paul Sartre*. Passo Fundo: IFIBE, 2013, pp. 107-124.
- RICOEUR, P. A marca do passado. Tradução de Breno Mendes e Guilherme Cruz e Zica. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, Ouro Preto, v. 5, n. 10, 2012, p. 329-349. DOI: <https://doi.org/10.15848/hh.v0i10.456>.
- RICOEUR, P. *Hermenêutica e ideologias*. Tradução de Hilton Japiassu. Petrópolis: Vozes, 2013a.
- RICOEUR, P. *O conflito das interpretações*. Tradução de Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1978.
- RICOEUR, P. *O si-mesmo como outro*. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.
- RICOEUR, P. O símbolo dá o que pensar. In: *Escritos e conferências 3: antropologia filosófica*. Tradução de Lara Christina de Malimpensa. São Paulo: Edições Loyola, 2016, pp. 133-150.
- RICOEUR, P. *Tempo e narrativa - A intriga e a narrativa histórica*. Tradução de Cláudia Berlinder. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010a.
- RICOEUR, P. *Tempo e narrativa - A configuração do tempo na narrativa de ficção*. Tradução de Cláudia Berlinder. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010b.
- RICOEUR, P. *Tempo e narrativa - O tempo narrado*. Tradução de Cláudia Berlinder. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010c.
- RICOEUR, P. *Teoria da interpretação*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2013b.
- ROSSATTO, N. D. Vida e narrativa. In: GALLINA, A. L.; SARTORI, C. A.; SCHNEIDER, P. R. (orgs.). *Conhecimento, discurso e ação*. Ijuí: Unijuí, 2010, pp. 117-134.
- SARTRE, J.-P. *A idade da razão*. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011a.
- SARTRE, J.-P. *A náusea*. Tradução de Rita Braga. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011b.

SARTRE, J.-P. *O existencialismo é um humanismo*; A imaginação; Questão de método. Tradução de Rita Correia Guedes, Luiz Roberto Salinas Forte, Bento Prado Júnior. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SARTRE, J.-P. *O muro*. Tradução de H. Alcântara Silveira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015a.

SARTRE, J.-P. *O que é a subjetividade?* Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015b.

Recebido em 23 de junho de 2022

Aprovado em 13 de junho de 2024

Publicado em 30 de agosto de 2024